



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-09 – Museu, Patrimônio e Informação

A CULTURA MATERIAL ENTRE A ARQUEOLOGIA E A MUSEOLOGIA: APROFUNDANDO REFLEXÕES

MATERIAL CULTURE BETWEEN ARCHEOLOGY AND MUSEOLOGY: DEEPING REFLECTIONS

Bruno Melo de Araújo - Universidade Federal de Pernambuco

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Estudos relacionados ao tema da Cultura Material são realizadas por diferentes campos de conhecimento, sendo objeto de estudo privilegiado da Arqueologia, ciência que primeiro se dedicou ao tema. Este conceito apresenta diferentes apropriações e interpretações e cotidianamente vêm sofrendo interpretações diversificada. A cultura material pode ser designada inicialmente como um campo de estudos que se debruça na capacidade dos homens de produzir objetos e as diversas atividades que estabelecemos com eles. O presente artigo tem objetivo revisar os estudos de cultura material na Arqueologia por meio de revisão bibliográfica, buscando compreender os usos conceituais, características e complementaridades, como também suas contribuições para o campo da Museologia e do Patrimônio. A partir dos estudos realizados, compreendemos a necessidade de integração analítica entre os diferentes campos disciplinares, reconhecendo assim as bases dos estudos em Cultura Material na Arqueologia e os seus possíveis desdobramentos, com ênfase às reflexões desenvolvidas no âmbito da Museologia.

Palavras-Chave: Museologia; Arqueologia; Patrimônio Cultural; Cultura Material; Museus.

Abstract: Studies related to the theme of Material Culture are carried out by different fields of knowledge, being the object of a privileged study of Archeology, the science that first devoted itself to the theme. This concept presents different appropriations and interpretations and has been daily undergoing diversified interpretations. Material culture can initially be designated as a field of study that focuses on the ability of men to produce objects and the various activities we establish with them. This article aims to review material culture studies in Archeology through literature review, seeking to understand the conceptual uses, characteristics and complementarities, as well as their contributions to the field of Museology and Heritage. From the studies carried out, we understand the need for analytical integration between the different disciplinary fields, thus recognizing the basis of studies in Material Culture in Archeology and its possible developments, with emphasis on the reflections developed in the context of Museology.

Keywords: Museology; Archeology; Cultural heritage; Material Culture; Museums

1 INTRODUÇÃO

O homem pode ser considerado o único ser vivo capaz de produzir objetos de forma sistemática, remodelá-los, reinseri-los em outros contextos diferentes do seu uso ou função original. As nossas necessidades básicas estão submersas em materialidades que comunicam nossa forma de experienciar o mundo. O fazer humano está registrado nas variadas formas e demonstram a possibilidade de transformação do mundo, conquistas e rupturas. O universo de possibilidades aberto pela materialidade fez com que olhos atentos começassem a questionar as peculiaridades acerca da produção, manutenção, descarte de objetos.

Nosso ponto de partida é a Arqueologia, campo de estudos que primeiro se debruçou sobre a criação de objetos e seus atributos. Seu adensamento teórico possibilitou avanços que levou a incorporar novos elementos de análise, passando a considerar a relação homem/objeto como indissociável.

Por se tratar da experiência humana, os estudos da cultura material alcançaram diversos campos do saber. A museologia ao se debruçar sobre as materialidades e os sentidos que os patrimônios culturais representam para a sociedade tem um amplo espectro de estudos possíveis. Os objetos dão testemunhos dos vestígios deixados pelos indivíduos, funcionando como signos e símbolos capazes de representar espaços, indivíduos, instituições, profissões, eventos, dentre outras possibilidades que em alguns casos, estão preservados em museus.

Buscaremos por meio de uma revisão bibliográfica de trabalhos publicados nessa temática, empreender uma análise crítico-reflexiva dos estudos de Cultura Material, realizando assim, uma incursão na Arqueologia a fim de nos auxiliar a definir uma estrutura de análise que contribua nos estudos do Patrimônio Cultural. Esperamos que esta reflexão contribua nos momentos decisivos relacionados à preservação, gestão, interpretação e difusão dos bens culturais localizados em museus.

2 ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL

OAo lançar um olhar atento aos campos disciplinares, podemos afirmar que os objetos da cultura tiveram seus primeiros esforços de interpretação na Arqueologia e nesta encontramos uma diversidade de tendências de pensamento (BUCAILLE E PESEZ, 1989; TRIGGER, 2004; CHILDE, 1977; OLSEN, 2003; SHANKS, 2006). A possibilidade de leituras da

cultura material é reflexo da sua forte associação com a disciplina, que teve seus interesses centrados nos vestígios materiais produzidos pelos homens ao longo do tempo, investigando a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas culturais através dos tempos, por meio da cultura material produzida.

Com esta preocupação, mais do que qualquer outro campo, a Arqueologia se utilizou dos vestígios materiais como dado. Não podendo, em muitos casos contar com os atores sociais protagonistas do momento histórico, os vestígios deixados constituíram, muitas vezes, sua única fonte primária. Este campo disciplinar se viu na necessidade de se instrumentalizar do ponto de vista teórico, metodológico e técnico, para responder como maior clareza e profundidade aspectos concretos, tangíveis, da produção humana (LIMA, 2011).

Somente ao longo da segunda metade do século XIX, que a cultura material foi ganhando progressivamente certos contornos, em razão de um contexto de pensamento e conhecimento científico em formação: o estudo da pré-história na Europa e a difusão do pensamento marxista. Jacques Bouches de Perthes¹ (1788 - 1868), geólogo francês, a partir das obras *Antiquités celtiques et antédiluviennes* (1847) e *De l'homme antédiluvien* (1860), foi o primeiro a empregar o conceito de cultura material para analisar objetos produzidos pelos homens durante período pré-histórico.

Não obstante, não podemos considerá-lo como pioneiro no que se refere aos estudos da pré-história, dado que os interesses por vestígios da antiguidade remontam a pesquisas e escavações realizadas na Europa no século XV (TRIGGER, 2004, p.38). As primeiras tentativas de classificação de utensílios líticos pré-históricos foram realizadas na Itália por *Michele Mercati* (1541-1593). No seu trabalho foram descritas “as pedras de raio” como sendo formas de machado (*cerauniaculeata*), flechas (*cerauniavulgaris*) e pontas de lança (*sicilex*) (LEROI-GOURHAN, 1981, p.219).

¹Jacques Boucher de Perthes foi diretor da Alfândega de Abbeville, no vale do Somme (noroeste da França). Por volta de 1830, um médico da região contou sobre a descoberta de instrumentos confeccionados em pedra e chifre de veado, assim como a presença de machados associados a osso de mamutes e rinocerontes extintos. Estes últimos, foram encontrados por ocasião da escavação de um canal e a abertura de uma estrada de ferro na região. Perthes empreendeu um estudo sobre estes objetos e, através da observação estratigráfica dos locais dos achados, concluiu que os ossos e objetos eram contemporâneos. Juntamente com esta conclusão afirmou que os instrumentos haviam sido fabricados pela raça humana antediluviana, extinta durante o dilúvio relatado na bíblia. Este estudo resultou na obra “*Antiquités celtiques et antédiluviennes*” em 1847 (TRIGGER, 2004, p.88).

A classificação proposta por Mercati foi retomada e houve acréscimo de novos termos no século XVII por *M. Adrien Jussieu* em sua obra “*De L’origine et des usages de la Pierre de Foudre*” (1723), que buscou em sua análise distinguir machados, as cunhas e as pontas de flecha (LEROI-GOURHAN, 1981, p.220).

Neste mesmo século, o antiquário francês Nicolas Mahudel (1704-1747) publicou a obra “*Sur lês Prétendues Pierres de Foudre*” (1730), na qual adiciona às classificações propostas pelos seus antecessores termos como ponta de dardo, o martelo, a faca e o cinzel (LEROI-GOURHAN, 1981, p.220).

Estes estudos contribuíram, anos mais tarde, para a proposição de Joseph Perthes, com uma classificação composta por mais de 20 designações para caracterizar as indústrias líticas de Somme - França. Leroi-Gourhan (1981, p.220) aponta que o trabalho de *Perthes* tem sua continuidade com Mortillet (1821-1898), na organização tipológica em classes de instrumentos de acordo com sua função: cortar, ralar, esmagar, quebrar e perfurar.

No início do século XX, o conceito de cultura material ganhará destaque na Alemanha com Gustaf Kossina (1858-1931). Seu principal objetivo era a partir dos seus estudos estabelecer a origem do povo alemão. Segundo Trigger (2004, p.159), este arqueólogo considerava os achados arqueológicos como testemunhos do passado capazes de informar acerca das semelhanças e diferenças étnicas. Para Kossina, os achados arqueológicos, encontrados em conjunto em uma circunscrição cronológica e geográfica, poderiam contribuir na identificação de grupos como os germânicos.

O termo cultura material difundiu-se e ganhou *status* institucionalizado em 1918 na Rússia Soviética. Após a Revolução de 1917, a comissão imperial passou a ser designada como “Comissão do Estado Russo para Arqueologia”. Em 1918, foi reorganizada e renomeada para “Academia Russa para História da Cultura Material” (*Akademiia istorii material’noi Kul’tury*). Passando por diversas modificações e nomenclaturas, a sede do instituto permanece em Moscou e tornou-se uma instituição de arqueologia independente e adotou o nome “instituto para História da Cultura Material da Academia de Ciências Russas”².

Os estudos produzidos na Academia de História da Cultura Material tinham como objetivo investigar o passado de uma nação reconfigurada. Bucaile e Pesetz (1989) apontam

²Institute for the History of Material Culture of Russian Academy of Sciences – IHMC RAS. Disponível em: <<http://www.archeo.ru/eng/index.htm>>. Acesso em: 04 set. 2016.

que o reconhecimento institucional possibilitou uma reflexão da cultura material como modo de alcançar o dinamismo histórico, estruturando-se em função dos fatores técnicos, econômicos, culturais e sociais, correspondendo à visão marxista.

Com mais de um século de existência, a cultura material tornou-se tema central na Arqueologia, recebendo diferentes significações. Concomitante à Academia de História da Cultura Material, o arqueólogo australiano Gordon Childe (1892 -1957) se apropriou dos pressupostos de Gustaf Kossina, desenvolvendo novas reflexões, no entanto, distanciando-se das ideias nacionalistas e etnocêntricas.

Sua perspectiva ficou conhecida como Histórico-Cultural, na qual a cultura material tinha como objetivo a explicação do espaço-tempo, da origem e difusão do progresso tecnológico, moral e espiritual da humanidade (FAHLANDER; OESTIGAARD, 2004, p.3). Desta forma, devemos compreendê-la como perspectiva de pensamento dos vestígios daquilo que os homens constroem, ou seja, os artefatos. A reunião e análise destes vestígios podem ser tomadas como provas concretas que podem elucidar o funcionamento de determinadas culturas. Nas palavras de Gordon Childe:

A arqueologia é uma forma de história e não uma simples disciplina auxiliar. Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras abonações de textos escritos. Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstruir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos – e nós próprios, na medida em que somos criaturas do nosso tempo e do nosso ambiente social. Os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultante da ação humana. O seu conjunto constitui os chamados conjuntos arqueológicos. Estes apresentam particularidades e limitações cujas consequências se revelam no contraste bem visível entre história arqueológica e a outra forma usual de história, baseada em documentos escritos. O testemunho arqueológico é constituído por “tipos” encontrados em associações significativas. Um artefato isolado em sem contexto não constitui um dado arqueológico e, sim, um objeto curioso (CHILDE, 1977, p. 11).

Childe, em sua proposição, toma os artefatos arqueológicos como documentação palpável que, associados em tipos específicos, constituem uma herança social, que corresponderia a um compartilhar de tradições, instituições, modos de vida, entre outros elementos. A possibilidade de se alcançar os aspectos imateriais da cultura só seria alcançado de forma parcial, por intermédio da produção material que sobreviveram no transcorrer do tempo.

Ainda no universo teórico histórico-cultural, a arqueologia adentra o século XX tendo a classificação dos vestígios como um fim em si mesmo. A ordenação em tipos (CHILDE,

1926, p.35) levou ao reconhecimento de culturas arqueológicas, definidas pela existência de traços comuns em determinados tempos e espaços. Essa estruturação de pensamento se pautava em etapas fundamentadas em avanços tecnológicos e sustentou grandes esquemas de desenvolvimento. No entanto, Childe argumentava que não bastava descrever e classificar objetos, sendo necessário averiguar onde eles foram feitos, quem os fez, como e porquê.

Para tanto, o paradigma histórico cultural desenvolveu técnicas para identificar, classificar e interpretar a cultura material, de tal forma que as rotinas de laboratório acabaram por construir o centro da prática arqueológica. Segundo Lima, essas práticas seguem:

Desde a identificação da matéria-prima, sua origem e propriedades; do modo como são produzidos os artefatos; da função e dos usos a que eles foram submetidos, à análise dos seus atributos físicos, design e estilo, sua ordenação em tipologias, datações e, eventualmente, dependendo das motivações e inclinações de pesquisador, seriações (LIMA, 2011, p.14).

O desenvolvimento dessa linha de pensamento proporcionou a criação de procedimentos e metodologias direcionadas para construção de categorias e espaços temporais, com fases e tradições. Consta ainda a produção de um rico vocabulário, que tinha como especificidade o aprofundamento nas propriedades físicas dos artefatos.

Esse esforço teórico foi de fundamental importância no fortalecimento da Arqueologia como disciplina e sua prática foi bem-sucedida durante algumas décadas. No entanto, as práticas construídas pautadas no desenvolvimento de técnicas específicas para retirar o maior número de informações possível, produziam informações, não propriamente conhecimento.

No período pós-guerra, uma forte crítica foi exercida à perspectiva histórico cultural. O arqueólogo *Lewis Binford* contribuiu à teoria arqueológica promovendo a investigação etno-arqueológica. Isso acabou por se constituir num movimento denominado de “Arqueologia processual” ou “Nova Arqueologia”.

Este novo modelo de pensamento estava fortemente influenciado pelas reflexões do antropólogo americano *Leslie White* (1959), que considerava aspectos ideológicos, sociológicos e tecnológicos como constituintes da cultura. Binford objetiva dessa forma proporcionar bases mais sólidas à disciplina, deixando para trás métodos indutivos, que para esse autor desqualificavam o conceito de cultura.

Para este arqueólogo a cultura deveria ser entendida como meio extrassomático de adaptação humana ao ambiente, assumindo lugar da evolução biológica para tornar os indivíduos mais aptos à sobrevivência. A partir desta perspectiva, a cultura material resultaria dessa adaptação não biológica ao meio, realizada fora do corpo e, portanto, cultural, entendida assim como uma resposta às pressões de diversas naturezas sofridas pelos grupos humanos.

À luz deste referencial, a ação do homem estava sujeita ao determinismo do ambiente e o comportamento humano poderia ser predito valendo-se de formulações transculturais. A cultura material seria, assim, um produto passivo da adaptação humana ao ambiente externo, sendo analisada sobretudo, em seus aspectos tecnológicos e econômicos, e analisada por rigorosas metodologias estatísticas. A cultura material seria uma resposta à adaptação dos grupos humanos aos ambientes. As coisas mudam porque os sistemas mudam em busca de maior eficiência.

A perspectiva de acessar os grupos humanos por este tipo de análise foi bastante combatida. Sua objetividade passou a ser questionada, principalmente a partir da década de 1980, com o surgimento da Arqueologia Pós-processualista e com o fortalecimento das teorias da pós-modernidade. Seu intuito consistia em, inicialmente, buscar uma aproximação oposta ao determinismo processualista, entendendo que os indivíduos e as suas ações, crenças e características, delineavam práticas que explicariam os fenômenos sociais (OESTIGAARD, 2004, p.81).

A cultura material a partir dos Pós-processualistas não era mais vista somente como um testemunho do passado. Ian Hodder, principal articulador da proposta, propõe uma reflexão que enfatize a subjetividade nas interpretações arqueológicas. Por ter essa proposição, é possível observar uma variedade de pontos de vista teórico que incluem desde o estruturalismo ao neo-marxismo, assim como uma diversidade de técnicas arqueológicas, como a fenomenologia.

O Pós-processualismo exerceu uma forte crítica à análise tão somente materialista e destacou que as análises e resultados obtidos estão muito mais atrelados ao ponto de vista do arqueólogo e que imbuído do seu lugar social, experiências e práticas constrói reflexões sobre dada realidade. Dessa forma, temos a integração de fatores objetivistas e subjetivistas na interpretação da cultura material e, conseqüentemente, as análises não estão guiadas

no/para o passado, mas também pelos questionamentos e proposições dos objetos no presente.

Em um contexto de busca de redefinição do conceito de cultura e de objetividade do pesquisador, Shanks (2006, p.2) aponta o direcionamento do olhar para a teoria social, recorrendo a autores como *Anthony Giddens* e *Pierre Bourdieu*, os quais propõem em suas obras a noção de prática social enraizada na relação dinâmica entre estrutura e as intenções de ação dos agentes sociais.

Os primeiros estudos sob esta perspectiva privilegiaram o aspecto simbólico da cultura material, realizando interpretações dos registros arqueológicos e seus significados. Segundo Olsen (2003, p.89) esta tendência de pensamento se articulou em duas linhas. A primeira privilegiando o aspecto funcional, tecnológico e adaptativo e, por outro lado, o aspecto simbólico, no seu significado social e cultural, sendo compreendido como signo, metáfora e símbolo.

Dentro desta tendência, as respostas são múltiplas e podem variar espacialmente, dependendo da inserção individual ou do grupo. Rompe-se dessa forma com as estruturas de pensamento deterministas e reconhece-se o caráter fluído dos processos sociais. A cultura, portanto, não é visualizada de forma cristalizada, homogênea e singular, ao contrário, a mesma é compreendida como processo complexo e que pode ser percebido e interpretado de diferentes maneiras, a depender da perspectiva do seu observador. Indivíduos podem participar de diversos grupos, compartilhar espaços, práticas e objetos, possibilitando um olhar múltiplo.

Dentro destes novos referenciais possibilitados pelas teorias pós-modernas, a cultura material se configura como tudo aquilo que é produzido pelo homem e que, constantemente é interpretado pelos indivíduos. Desta forma, a cultura material se depara com um paradoxo, pela sua destinação estar vinculada à uma interpretação da sua expressão imaterial.

Essas perspectivas são apresentadas por Olsen (2003, p. 95) que, se apoiando em Bruno Latour com conceito de “rede” e John Law na concepção de “Actors-Network-Theory”, constrói a perspectiva de uma “Arqueologia Simétrica”. Na teoria ator-rede, o ator é definido pelo papel que desempenha no campo social, e qual o efeito que produz na sua rede, portanto, pessoas, animais, objetos e instituições podem ser um ator (LATOUR, 2006, p.46). Deste modo, todas as coisas estão envoltas em redes de ações múltiplas. A

potencialidade da matéria, está na possibilidade de conter e comunicar tempos e espaços, recebendo e distribuindo conexões que formam redes (OLSEN, 2003, p.98).

Influenciado também pela teoria Ator-Rede, Johan Normak lança a proposta da *Polyagentivearcheology* (NORMAK, 2007). De acordo com sua proposta, a materialidade compreende uma “rede” encadeada por “agentes múltiplos”, o que possibilita mapear suas conexões no tempo e no espaço, ao invés de encerrá-la em cronologias vazias e homogêneas. Sob essa perspectiva a arqueologia coloca em cena o ideal de “tempo”, “origem”, “identidade” e “patrimônio” que permeia a sociedade contemporânea ocidental.

Vale salientar ainda que, nas duas perspectivas anteriores, postula-se a relação simétrica entre homens e coisas. Em Latour (2010), existe uma rede complexa que liga humanos, seus objetivos e todos os meios técnicos para atingi-los, que na maioria dos casos não é percebida. Esta rede só é notada em situações problemáticas. A situação adversa revela, assim, todos os atores que permitem ação individual. Esta tomada de consciência provoca uma redefinição da relação entre humanos e não-humanos. Na *Actors-Network-Theory* o objeto não humano não é subordinado aos humanos, mas é um ator igual. A sociedade de humanos é substituída por coletivo de seres humanos e de atores não humanos (OLSEN, 2003, p.95-96).

Na cultura material, essa reflexão incide diretamente na percepção das coisas materiais (atores não humanos), que são considerados iguais na relação, desconsiderando, por exemplo, o papel da linguagem que podem deixar recordações, construir sentidos, sem a necessidade de um objeto material. Esses fatores podem ser mensurados em humanos, em função das forças de laço de pertencimento, frequência de interações, intensidade emocional, dentre outros aspectos. No entanto, esses aspectos não podem ser mensurados para atores não humanos, evidenciando assim, uma assimetria entre homens e objetos.

O debate promovido por esses pensadores foi aprimorado por Roepstroff (2008, p.2052), que defendeu uma integração da Arqueologia com a Antropologia e a Neurociência. Para este pesquisador, com o auxílio de imagens do funcionamento cerebral, poderia se analisar o processo de cognição das palavras e objetos. O diálogo da Neurociência com a Arqueologia e a Antropologia se processaria na capacidade de identificação de como os objetos do mundo exterior afetam o cérebro através de símbolos e trocas.

Podemos notar que diferentes tendências teóricas permeiam o campo da cultura material na Arqueologia. Contudo, insatisfações ou limitações analíticas possibilitaram o

enriquecimento de análises, a aproximação com outros campos disciplinares e influenciando também a reflexão que explore o papel da materialidade nas sociedades humanas e na sua interação. Além dos arqueólogos, pesquisadores na Antropologia, História, *Design*, Tecnologia, Artes, Arquitetura, Museologia, dentre outros, se debruçam sobre o tema. Podemos considerar que a Arqueologia é a disciplina que tem a cultura material como seu objeto de pesquisa, no entanto, os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica.

3 A CULTURA MATERIAL E A MUSEOLOGIA

A Museologia é considerada como um campo recente que tem uma íntima ligação com os museus. Há algumas décadas, pesquisadores trilham caminhos para seu fortalecimento. Pode-se situar a criação do ICOM, em 1946, como um dos espaços de diálogo e reflexão sobre a relação que os homens estabelecem com seus ambientes culturais e museológicos. Um dos objetivos deste órgão foi e ainda é definir o campo de atuação dos museus.

Segundo Mensch (1994) e Hernández Hernández (2006) o primeiro autor a discutir o objeto de estudo da Museologia foi J. Neustuny, na década de 1950. Na década posterior, na República Democrática Alemã, um grupo de estudos definiu o objeto de estudos da Museologia como “totalidade das atividades do museu”³. Essa discussão teve continuidade durante o I Simpósio sobre teoria museológica realizado em Brno em 1965. No entanto, como aponta Mensch (1994) os participantes não chegaram a nenhum consenso.

Com o transcorrer dos anos foi criado um comitê específico de teoria museológica dentro do ICOM, o ICOFOM - Comitê Internacional de Museologia, encarregado de pesquisar, divulgar a base teórica da Museologia como disciplina científica, analisando as tendências de pensamento que permeiam o campo.

Aprovado pelo comitê consultivo em 1976, foi discutido no conselho executivo, decidiu criar um grupo de trabalho para apresentar na próxima conferência geral com a proposta de definir o trabalho do novo comitê. Esta reunião teve lugar em março 1977 e na sessão XXXIV do Comitê Consultivo, realizada em maio de 1977, foi aprovado o plano de trabalho e ICOFOM foi

³Ver original: *gesamtheit der museumsarbeit*.

aceito como um novo comitê internacional (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.67)⁴.

O primeiro presidente do órgão recém-criado foi Jan Jelinek, que ocupou o cargo por 5 anos durante os anos de 1977 e 1982, ocupando-se de estruturar as bases de discussão deste campo. Como objetivos prioritários sua gestão se pautou [por/pela]:

- a) O conceito de museologia como disciplina científica.
- b) Aprofundar o desenvolvimento dos museus e seus profissionais, analisando seu papel na sociedade, suas atividades e funções.
- c) O reforço da análise crítica das principais tendências em museologia (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.67)⁵.

Para realizar seus objetivos, Jelínek sistematizou um programa de encontros que trataram da identidade da investigação em Museologia - Varsóvia/1978; Interdisciplinaridade no trabalho dentro dos museus - Torgiano/1979; Sistemas e Sistemáticas da Museologia - México/1980.

Um segundo momento da ICOFOM será construído entre os anos de 1983 a 1989. Sob a presidência de VinosSofka foi estruturado um programa de longo prazo, que tinha nos simpósios anuais o eixo central das discussões sobre temas museológicos. Devido seu esforço, O ICOFOM adquiriu reconhecimento à nível internacional para discussão teórica da Museologia e inicia seu processo de legitimação acadêmica.

Os encontros realizados entre os anos de 1983 e 1986 tinham como eixo norteador a inter-relação sociedade-objeto-museu e no ano de 1986 foi finalizado o estudo sobre a primeira publicação: Documentos de Trabalho Museológico: Museologia - ciência ou atividade prática do museu?⁶.

Posterior a este documento, tem-se o *Icofom Series Studies - ISS* que deu continuidade aos objetivos traçados pelo ICOFOM de tratar a Museologia como disciplina científica. As produções veiculadas nas páginas destes documentos nos leva a perceber uma

⁴Ver original: Aprobado por el comité consultor em 1976, fue discutido em el consejo ejecutivo, decidiéndose crear un grupo de trabajo para presentarlo en la próxima conferencia general com el proposito de definir el trabajo del nuevo comité. Dicho encuentro tuvo lugar em marzo de 1977 y, en la XXXIV Sesión del comité consultor, celebrado em manyo de 1977, fue aprobado el esquema de trabajo e ICOFOM fue aceptado como nuevo comité internacional.

⁵ Ver original: a) La concepción de la museologia como disciplina científica; b) La rofundización em desarrollo de los museos y de sus profesionales analizando su papel em la sociedade, sus atividades y funciones; C) La potenciación del análisis crítico de las principales tendencias de la museologia.

⁶Ver original: Museological Working Papers: Museology- science or just pratical museum Works?SOFKA, Vinos. *Museological Working Papers: Museology – Science*. Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%201%20\(1980\)%20Eng.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%201%20(1980)%20Eng.pdf)>. Acessado em: 15 mai. 2016.

diversidade de tendências de pensamento. A partir da leitura destes textos podemos identificar algumas linhas de abordagem que a Museologia vem experimentando.

Entre as diferentes tendências que se processam, destaca-se: A museologia como a ciência dos museus pautado pelo estudo e finalidade e organização dos museus; A Museologia como estudo de implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando a preservação e uso da herança cultural, desdobrando a pesquisa em museus ou em qualquer instituição; A Museologia como o estudo dos objetos museológicos ou da musealidade como qualidade distintiva de museu; A Museologia como estudo de uma relação específica entre homem e a realidade.

As tendências de pensamento elencadas nos trazem um dado relevante sobre o reconhecimento da importância da materialidade, dos museus e do processo de musealização como componente singular do campo. Para Martin Schaerer a Museologia como:

um campo de pesquisa definidos de forma muito ampla e que inclui uma atitude específica do homem face a objetos (ou dos seus valores conceituais). Essa atitude inclui os procedimentos de conservação (musealização), de pesquisa e de comunicação (visualização). Esse tipo de atitude encontra-se sempre e em toda parte. Por ter sido institucionalizado e analisado no museu, esse fenômeno tirou seu nome daí o que muitas vezes induz mal-entendidos na medida que assimila a museologia como “ciência do museu” unicamente (SCHAERER, 1999, p.32)⁷.

Assim, pensa-se no objeto como elemento central de nossas avaliações, ou melhor, no homem na sua relação com os objetos em seu processo de significação. Busca-se assim perceber, como os objetos são transformados no processo de musealização em espaços museológicos.

Por interesses coletivos e individuais colecionamos objetos. Alguns motivos comuns são o sentimento de tradição, respeito ao passado, valorização de conquistas, culto às relíquias, interesses científicos, recordações de lugares, demonstração dos conhecimentos da cultura, da arte, da ciência (HOBBSAWN, 2015; CHOAY, 2001; POULOT, 2012;

⁷Ver Original: un champ de recherche défini très largement et qui englobe une attitude spécifique de l'homme face aux objets (ou à leurs valeurs idéelles). Cette attitude inclut les procédés de conservation («muséalisation»), de recherche, de communication («visualisation»). Ce type d'attitude se rencontre toujours et partout. Institutionnalisé et analysé au musée, ce phénomène en a tiré son nom, ce qui induit souvent des malentendus dans la mesure où on assimile la muséologie à la «science du musée» uniquement.

GONÇALVES, 2008; MENESES, 2003). Vivemos imersos em um oceano de coisas materiais que são fundamentais à nossa existência biológica, psíquica e social (MENESES, 2005, p.18).

A prática de colecionar objetos ou coisas e armazená-los, organizá-los em acervos, é um exercício antigo. Dos primeiros grupos humanos, passando pela Antiguidade Clássica, Idade Média, Idade Moderna, até a contemporaneidade, essa prática se afirma e possibilita conhecer a experiência humana, suas conquistas e descobertas.

Nem todos objetos são guardados, muitos objetos se perdem, são esquecidos, destruídos. Desta forma, esse acúmulo não ocorre de forma pré-estabelecida, sendo necessária uma operação de coleta, seleção, classificação das coisas que serão preservadas.

Para Pomian (1984), qualquer objeto conhecido pelo homem e qualquer objeto por mais extraordinário que pareça encontra-se presente em algum tipo de museu ou coleção. É necessário refletir de forma mais aprofundada a relação que os indivíduos estabelecem com os objetos colecionados, refletindo sua lógica de acúmulo, organização, seleção e valores atribuídos. Desta forma, compreendemos que o ato de colecionar ultrapassa os limites do econômico e social, compreendendo uma dimensão subjetiva que merece um devido olhar.

Segundo Pomian, a coleção pode ser entendida como:

Qualquer conjunto de objetos, naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora dos circuitos das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial em lugar fechado preparado para este fim e, exposto ao olhar do público pela instituição que os abriga ou por seu proprietário(POMIAN,1984, p.53).

Partindo desta definição, pode-se reafirmar a perspectiva atemporal do colecionismo, tratando como um fenômeno presente em todos os momentos históricos e nas diferentes sociedades. Por outro lado, destaca-se que os objetos salvaguardados em coleções ou em museus não são somente avaliados pelo seu valor de utilidade. Estes objetos passam por processos de ressignificação. Seu uso no passado, atrelado com as experiências dos indivíduos, acaba por ordenar uma lógica particular no presente, podendo assim, em diferentes momentos históricos, se produzir diferentes leituras dos mesmos objetos.

Nos museus, os objetos apresentam singularidade, visto que a consciência sobre eles pode ser alargada e aprofundada. Como propõe Meneses, no museu:

nos defrontamos com *objetos como objetos*, em suas múltiplas significações e funções - ao contrário, por exemplo do que ocorre no supermercado, em que os objetos são definidos essencialmente (embora não exclusivamente), pelo seu valor de uso. No Museu os objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair observação) ou estranhos à

vida corrente (capazes, por isso de incorporar à minha as experiências alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sígnicos (MENESES,1998, p.19).

O museu configura-se assim como espaço privilegiado de manifestação da preservação do fazer humano, como numa tentativa de poder dar continuidade a um passado que sentimos estar se perdendo, se dispersando. Em segunda instância, é destacada a função documental exercida pelos museus, que ao registrar os testemunhos das experiências humanas garantem a democratização do conhecimento e a fruição dos bens preservados.

Em grande medida, os museus expressam de suas origens representações do mundo e da realidade com foco na visualização da cultura material, calcada em um saber intimamente vinculado à produção de um conhecimento organizado, constituindo-se como um “espaço privilegiado de exercício das teorias classificatórias que tão bem explicitam essa episteme” (SCHEINER, 2015, p. 25).

A ordenação do mundo permitida por uma lógica de pensamento de fragmentação, de repartição em classes, designada pelas formas de semelhanças. Assim, esse processo de organização dos jogos de símbolos, permitiu a construção do conhecimento do visível através do invisível (FOUCAULT, 1966, p.11).

A ideia de mostruário desenvolve-se para o mundo dos museus, na sua capacidade de organização de quadros de significação. Colocados em exibição, nos revelando de forma “permanente”, os sistemas de signos produzidos e relacionados. Foucault aponta que:

O gabinete de história natural e o jardim, tal como são organizados na idade clássica substituem o desfile circular do “mostruário” pela exposição das coisas em “quadro”. O que se esgueirou entre esses teatros e esse catálogo não foi o desejo de saber, mas um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. (FOUCAULT, 1966, p.180)

Essa forma de produzir conhecimento denota a importância metodológica que estes espaços inauguram para classificação de palavras, línguas, documentos, arquivos. Nesse processo, assiste-se à criação de arquivos e sua classificação, de bibliotecas, além do estabelecimento de catálogos.

A produção de espaços e de sentidos continuou a se expandir. O colecionismo no século XVIII foi afetado por diversos acontecimentos. Escavações arqueológicas em Herculano (1738) e Pompéia (1748) terão o patrocínio de Carlos III. O resultado inicial deste

trabalho foi a realização de exposição das coleções arqueológicas como bronzes, esculturas, medalhas nas salas da Villa de Portici (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1988, p.22).

Outro dado de relevância é a criação das academias de arte. Foram criados tais espaços em Madrid (1752), Veneza (1757), Londres (1768), Viena (1770) e Berlim (1786) (PEVSNER, 1982, p.103). Seguindo direcionamentos da Academia de Arte de Paris, estes espaços desenvolviam dentre suas atividades, exposições que recebiam grande público.

Ao longo do século XVIII, foram criados diversos museus e se observava a necessidade de apresentar instruções de organização e sistematização dos ambientes museológicos. A sociedade europeia assistiu uma transformação ideológica, em grande medida, a revolução ideológica produzida pelos enciclopedistas (Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Diderot e D'Alembert) e teve sua principal manifestação com a Revolução Francesa. A essência do pensamento desses filósofos teve profundo reflexo social, principalmente no que tange ao nascimento do conceito de patrimônio público. Essa ideia teve sua manifestação principal na Revolução Francesa, que para o colecionismo também representou uma revolução.

As coleções que eram exclusivamente particulares, neste momento passam a ser reivindicadas e começam a ser concebidos os museus nacionais de caráter público. Segundo Serrano, impulsionados pelo pensamento de “dar ao povo o que lhe pertence”, os museus públicos manifestavam a desestabilização artística e aristocrática cortesã e o florescimento da arte burguesa (SERRANO, 2000, p.55).

A Revolução Francesa iniciou o princípio social do museu com o trânsito de obras do universo particular para os museus públicos. O esforço político e intelectual possibilitou ao povo ser usufrutuário dos bens culturais. No período posterior à Revolução Francesa, centenas de museus foram criados, estruturados em grande medida aos moldes aqui apontados. Destacam-se aqui o Museu do Prado (1819), a AltePinakothek de Munique (1819), a National Gallery de Londres (1824), o Staatliche Museen de Berlin (1830), os Musées Royaux de Bruxelas (1831), o Rijksmuseum de Amsterdam (1835), o National Museum de Estocolmo (1866), o Museum of Fine Arts de Boston (1870), o Metropolitan Museum de Nova York (1870), o Kunsthistorisches Museum de Viena (1891) (LORENTE, 2012).

Vale salientar ainda que, na esteira do desenvolvimento das ciências e de interpretação do mundo, os museus continuaram contribuindo na formação e ampliação de

coleções científicas. Coleções já existentes, foram ampliadas e transformadas em grandes museus de ciências que permanecem abertos ao público, como o Museu Britânico e o Museu Nacional de História Natural da França.

4 ARQUEOLOGIA E MUSEOLOGIA: CAMINHOS QUE SE CONECTAM

O diálogo interdisciplinar é essencial tanto para aprofundamento de uma determinada disciplina quanto para o reconhecimento de suas especificidades. As duas disciplinas aqui trabalhadas tecem relações cotidianamente quando buscam valorizar as heranças dos diversos grupos socioculturais e os qualifica como patrimônio. Acreditamos, no entanto, que a Museologia tem sua especificidade na interpretação das relações construídas entre indivíduos, objetos e sociedade e consequentemente, com a gestão desse processo de valoração e gestão de memórias, mas que constante vem sendo influenciada pela Arqueologia.

Como nos aponta Bruno (2014) essa relação se torna mais nítida ao discutir os processos de musealização na Arqueologia, na qual se busca construir um equilíbrio entre os campos disciplinares no que tange as ações de preservação, valorização, extroversão e educação dos contextos culturais. Uma contribuição significativa está na percepção e ampliação da noção de território que ganhou relevo nas análises da cultura material na Arqueologia que passou de uma perspectiva materialista (focada no objeto) para abordagens contemporâneas que propõem que muitas sociedades históricas também deram grande ênfase por exemplo à ideologia (que incluía a religião) na interpretação de seu mundo e na influência de seu comportamento. Desta forma, considerando o papel da agência humana, argumentando assim, que os homens são agentes livres e que podem agir em seus próprios interesse, em vez de simplesmente seguir as regras da sociedade, e aceitando essas idéias, os pós-processualistas argumentam que a sociedade é dirigida por conflitos.

Desta forma, apropriados dessa perspectiva podemos questionar o processo de valoração em nossas reflexões, dado que compreendemos que a Musealização tem um caráter estruturados e articulador na prática do museólogo.

Nessa perspectiva, uma proposta metodológica de trabalho pode estar atrelada a aspectos descritivos e objetivos e; aspectos subjetivos e conceituais

Uma proposição que aproxima estas perspectivas foi realizada por Susan Pearce que tem seus embasamentos na Arqueologia e Antropologia. Remetendo ao modelo criado por E. McClung Fleming (1974), acrescentando-lhe um maior refinamento ao subdividi-lo em itens específicos. Fleming desenvolveu uma classificação básica para caracterização dos objetos (história, material, construção, design e função) e um conjunto de quatro operações ascendentes (identificação, evolução, análise cultural e interpretação).

Concomitante, o seu procedimento estabelecia a comparação com objetos para delinear a relação do artefato com a sua cultura, buscando alcançar as ideias subjacentes ao seu status. A análise final residia na interpretação dos seus significados tomando por base os valores da cultura no presente.

O refinamento teórico que é proposto por Pearce (1994) consiste no detalhamento dos aspectos levantados por Fleming, instituindo um maior número de atributos a serem analisados no processo de classificação. Para tanto, a autora recorre a Prown (1982) que também pesquisava a cultura material e tomava o objeto como sua fonte primária de estudo.

Na ótica deste pesquisador, o objeto e sua análise constituem um meio, e não um fim, para alcançar os aspectos “imateriais” de uma dada sociedade. A premissa é sustentada na crença que um objeto feito pelo homem é evidência de sua inteligência em ação no seu momento de criação. Nesse sentido, seria possível, por meio da materialidade, alcançar o pensamento humano e, por conseguinte, a cultura que o produziu.

Na esteira deste pensamento, no entanto, alargando e diversificando os estudos sobre a cultura material, Samuel Alberti (1995, p.559-571) propõe uma abordagem direcionada ao estudo da história dos museus.

Seu argumento parte da ideia que não existe uma cultura material, mas sim, a matéria apropriada, percebida e utilizada pelo intelecto. Desta forma, os objetos vivenciam um processo de transformação de um “estado natural” para um “estado artificial” de elementos pertinentes à natureza e manipulados pelos homens.

Nesta perspectiva, os vestígios culturais podem ser vistos como a matéria processada pela mente humana, posto que os objetos são inanimados. Na medida em que os homens se relacionam com os objetos, estes são apropriados, ressignificados e classificados de acordo com valores atribuídos que podem ser modificados temporalmente e espacialmente. Por

meio desta proposta, Alberti nos fornece uma abordagem para os objetos semelhantes à biografia, descrevendo sua trajetória ao longo do tempo tal qual um ciclo vital.

Nesse processo biográfico, o nascimento do objeto corresponderia à transformação da matéria pelo homem. Sua fase posterior corresponderia a duração de sua utilização até o seu descarte, ação que representaria a morte do objeto. No entanto, a biografia do objeto não é encerrada no seu descarte, dado que para o pesquisador existe uma vida post mortem que é iniciado no momento da sua coleta e musealização, como também, na sua relação com os públicos do museu e consequentemente uma mudança que concerne no seu uso, percepção e sentidos.

Ao voltarmos nosso olhar para Arqueologia, por exemplo, será no momento da escavação e da coleta, quando arqueólogo, imbuído de suas práticas de campo e referenciais, construíra processos de coleta, documentação, seleção no contexto cultural. Essas dinâmicas devem ser refletidas de forma sistemática pela museologia, para nos ajudar a pensar como construímos os processos de musealização e, ainda mais quando pensamos na ótica do território.

Construindo um olhar atento às nossas práticas, compreenderemos de melhor maneira porque as coisas sobrevivem ao tempo e quais os processos de seleção e inserção na adotadas na contemporaneidade e, consequentemente, como os significados são elaborados por determinados segmentos da nossa sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intuito de estabelecer reflexões disciplinares entre a Arqueologia e a Museologia, podemos notar as diferentes tendências metodológicas que permearam os dois campos disciplinares e as possibilidades de leitura da materialidade e a necessidade da ampliação de estudos concernentes a cultura material.

Reconhecemos a partir dos nossos estudos, que as materialidades refletem vivências e significados e não representam apenas objetos, mas também pessoas, territorialidades, sensibilidades na medida em que as coisas estão envolvidas, contextualizadas e consequentemente tecem relações e constroem teias de significados.

Buscamos compreender os desdobramentos dos paradigmas epistemológicos na Arqueologia e como estes poderiam ser apropriados no âmbito da Museologia. Os dois

campos disciplinares apresentam preocupações com as heranças e as memórias compartilhadas pelos grupos sociais. Essa percepção se aprofunda com estudos da Arqueologia Pós-procesual que amplia seu espectro analítico enfatizando os significados da cultura material. Assim, um objeto pode ter diferentes significados para o fabricante, as pessoas que o usaram e os arqueólogos. Os significados mudam com o tempo e dependem de contextos e dos intérpretes. Desta forma, sua compreensão, por sua vez, está ligada ao contexto e/ou à presença de conhecimento prévio. Como os objetos permitem múltiplas interpretações, os significados são sempre polissêmicos, significando que não há um significado certo, mas diferente, dependente do contexto e válido.

Acreditamos que essas propostas dialogam diretamente com os estudos da Museologia e do Patrimônio, na medida em que os processos museológicos são permeados por diferentes trajetórias e que a amplificação dos patrimônios culturais, juntamente com as discussões da noção de território na Arqueologia podem contribuir na construção de experimentações museológicas, no que tange, principalmente, ao conceito de Musealização. Ter essa percepção nos subsidia articular “paisagens culturais pretéritas e contemporâneas” (BRUNO, 2014, p. 12) como centro gerador e articulador de um processo de musealização que se atualiza cotidianamente.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. Revista de Arqueologia, v.6, n.2, 2013/ v.7, n.1, 2014. p.4 -15. Disponível em: <<https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/379/357>>. Acesso em: 03 set 2019.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. “Cultura Material”. In: *Enciclopédia Einaudi; volume 16: Homo-Domesticação/ Cultura Material*. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. p. 11-47 .

CHILDE, Gordon V..*Para uma recuperação do passado: a interpretação dos dados arqueológicos*. São Paulo: DIFEL - Difusão Editorial S.A., 1976.

_____. *Introdução à Arqueologia*. Coleção Saber. 2a. edição. Sintra: Publicações Europa-América, 1977.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2001.

FAHLANDER, Fredrik, OESTIGAARD, Terje. Material Culture and Post-disciplinary Sciences. Material Culture and Other Things Post-disciplinary Studies in the 21st Century. *Gotarc*, Series C, n.61, p. 1-20. 2004. Disponível em:

<http://www.svf.uib.no/sfu/oestigaard/ArtiklerWeb/Material_Culture/Fahlander_Oestigaard.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN/DEMU, 2007.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. *Planteamientos teóricos de la museología*. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2006.

KARLSTRÖM, Anna. Spiritual materiality: Heritage preservation in a Buddhist world? *Journal of Social Archaeology*, v.5, p.338, 2005. Disponível em: <<http://jsa.sagepub.com/cgi/content/abstract/5/3/338>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

LAW, J.; HASSARD, J.. *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Revista de História. São Paulo: 1983, p.103-117. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/61796/64659>. Acesso em: 15 ago 2016.

MENSCH, Peter Van. *The object as data carrier*. In: Towards a methodology of museology (PhD thesis). University Zagreb, 1992.

_____. *Symposium Museological Research*. ICOM/ ICOFOM. ICOFOM STUDY SERIES – ISS 21. Quebec, 1992. Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2021%20\(1992\).pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2021%20(1992).pdf)>. Acesso em: 18 nov 2016.

NORMARK, Johan. Bergsonian and Deleuzian ontologies for a posthuman. archaeology. *Polyagentive archaeology*, Part III, p.1-6, 2007. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/dept/archaeology/cgi-bin/archaeolog/?p=95>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

OLSEN, B.. Material Culture after Text: Re-Membering Things. *Norwegian Archaeological Review*, v.36, n.2, p.87-104, 2003. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00293650310000650>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

OESTIGAARD, Terje. Approaching material culture: A history of changing epistemologies. *Journal of Nordic Archaeological Science*, v.14, p.79-87, 2004. Disponível em: <<https://oestigaard.com/articles/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PEARCE, Susan M.. *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge, 1991.

_____. *Museums, Objects and Collections: a Cultural Study*. Leicester, Londres: Leicester University Press, 1992.

PEVSNER, N. *Las academias de arte*. Madri, Editora Cátedra, 1982.

POMIAM, K.. Coleção. In: *Encyclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POULOT, Dominique. *A história do patrimônio do ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROWN, Jules David. Mind in Matter. An Introduction to Material Culture Theory and Method. *Winterthur Portfolio*, v.17, n.1, p.1-10, Spring, 1982.

SCHÄRER, Martin R, *La relation homme-objet exposée: theorie et pratique d'une experience museologique*. IN: Publics et Musées, nº15, 1999. Pp31-43.

SCHEINER, Tereza. Apolo e Dioniso no Templo das Musas. Museu: gênese, ideia e representações nos sistemas de pensamento da cultura ocidental. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação ECO/UFRJ, 1998. 152 p. Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz.

SCHLOSSER, J. Von. *Lascámaras artísticas y maravillosas del Renascimento tardio*. Madrid, Ed. Akal Universitaria, 1988.

SOFKA, Vinos. *Museological Working Papers: Museology– Science*. Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%201%20\(1980\)%20Eng.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%201%20(1980)%20Eng.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SOFKA, Vinos. Methodology of museology and professional training. ICOM/ ICOFOM. *ICOFOM STUDY SERIES*, ISS 01, London, 1983. Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2001%20\(1983\).pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2001%20(1983).pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

TRIGGER, B. G.. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.